

Revista do
TRT5

Publicação do Tribunal Regional
do Trabalho da 5ª Região

**PJe-JT chega
a mais 18 varas**



UNINDO AS PARTES

Semana de Execução incentiva
acordos entre patrões e empregados

**Boas práticas
agilizam ações**

**Juiz fala sobre
trabalho escravo**

Edição nº 01/2014
jul/ago/set



Tribunal Regional
do Trabalho da
5ª Região

Editorial

Olá! Está de volta à cena a revista impressa do TRT5, com a missão de informar servidores, magistrados, procuradores e advogados trabalhistas sobre nosso corpo funcional, as curiosidades, serviços e projetos da gestão. Em nossas páginas, conteúdo variado foi elaborado especialmente para contemplar a diversidade de nossos leitores.

Desde o avanço do PJe-JT no interior do Estado, passando pelos mutirões de conciliação, pelo curso de teatro e chegando à importância dos exames periódicos para a descoberta de doenças silenciosas, a intenção é a de que a Revista seja um canal aberto de comunicação. Para tanto, estará ao dispor do nosso leitor o endereço eletrônico secom@trt5.jus.br para que sejam enviadas críticas, sugestões e elogios.

Neste segundo semestre de 2014, o TRT da 5ª Região entra numa nova fase de mais celeridade após a implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, conhecido simplesmente como PJe-JT. Em toda a segunda instância e nas 49 Varas do Regional já se verifica rapidez no julgamento de processos, diminuição de filas, de deslocamentos desnecessários e de papéis há semanas parados em uma mesa à espera de um carimbo.

Depois de Salvador, Santo Amaro, Candeias, Itabuna e Ilhéus agora é a vez de Alagoinhas, Camaçari, Feira de Santana, Senhor do Bonfim, Juazeiro, Vitória da Conquista e Itapetinga também receberem, até o final do ano, o PJe-JT. Após esta operacionalização, serão mais 18 varas trabalhistas trabalhando online na resolução dos processos.

No interior, merece destaque a conclusão do novo Fórum do Trabalho de Itapetinga, que vai melhorar em muito a prestação jurisdicional a milhares de pessoas da região.

Boa leitura a todos!

Sumário

Plano de Conciliação	1
Prestação de contas	2
Fórum de Itapetinga	3
Boas práticas agilizam ações	4
PJe-JT chega a mais 18 varas	6
Perfil: Ivone Cruz	10
Juiz fala sobre trabalho escravo	12
Processo contra Sedentarismo	15
TRT Saúde	17
Exames periódicos	18
Homenagem à desembargadora Marama Carneiro	20
Ação Social: Casa do Amor	22
Associação Camelot	23
Em cena com o filho	26
Grupo de Teatro do TRT	27
Curtinhas	28

Desembargador Presidente

Valtécio Ronaldo de Oliveira

Vice-Presidente

Nélia de Oliveira Neves

Corregedor Regional

Luiz Tadeu Leite Vieira

Vice-Corregedor Regional

Yara Ribeiro Dias Trindade

Juízes Auxiliares da Presidência

Gilmar Carneiro

Ana Paola Diniz

Secretário-Geral da Presidência

Manoel Evangelista Neto

Diretor-Geral

Tarcísio Filgueiras

Assessora-Chefe da Presidência

Thais Vieira de Oliveira

Assessoramento Administrativo

Luciana Pinto de Aguiar

André Pereira

Equipe Técnica (TRT5)

Coordenação Geral: Léa Paula Coury e Valdicéa do Val

Edição: Valdicéa do Val

Apoio: Franklin Carvalho, Lázaro Brito e Solange Galvão

Imagens: arquivo de fotos Secom

Produção (MC&G Design Editorial)

Redação e Fotografia: José Carlos de Castro e Gilson Jorge

Produção: Maria Clara P. Costa

Projeto Gráfico/Diagramação: Glaucio dos Santos Coelho

Ilustração: Elihu Duayer

Impressão: MC&G Design / Athalaia Gráfica.

Plano de Conciliação fecha mais de R\$ 13,5 milhões em acordos

A Semana da Execução, de 22 a 26 de setembro, amplia ainda mais a solução negociada dos processos

Desde que foi lançado, em janeiro deste ano, o Plano Regional de Conciliação solucionou mais de 700 litígios trabalhistas, totalizando mais de R\$ 13,5 milhões em acordos, na capital e no interior. O valor obtido com os acordos ultrapassou R\$ 3,2 milhões, em cerca de 200 processos, entre julho e agosto. A impressionante marca atingida pelo programa coroa a iniciativa do presidente do TRT da 5ª Região, desembargador Valtércio de Oliveira, cuja estratégia é aproximar as partes antes que seja dado um veredito por um magistrado. O TRT5, com isso, torna-se uma referência nacional no assunto entre tribunais de médio porte.

A tarefa ganha um novo impulso na Semana Nacional de Execução Trabalhista, entre os dias 22 e 26 de setembro, em todo Estado. O foco principal está nos processos em execução.

“Cada uma das 39 varas deve enviar pelo menos seis processos de execução líquidos e não quitados para tentativa de acordo”, afirma a juíza substituta Maria de Fátima Caribé Seixas, da Central de Execuções e Expropriações, integrante do Núcleo, que foi criado há quase um ano para impulsionar os acordos entre as partes litigantes.

Desde a criação do Núcleo, uma decisão do presidente do TRT, desembargador Valtércio de Oliveira, a comissão formada por oito juízes tem feito permanentes audiências para buscar a conciliação entre as partes. Um esforço que conta com a participação dos juízes titulares Ana Paola Santos Machado Diniz, Soraya Gesteira de Azevedo Lima Marques, Julio Massa e George Santos Almeida, os juízes substitutos Ivo Póvoas, Maria de Fátima Caribé Seixas e Débora Rego e os juízes aposentados Het Jones Rios e Gorgonio José de Araújo Neto.

E a Semana de Execução é, na visão dos juízes, um momento propício para otimizar este tipo de acordo, com o envolvimento das 39 varas do

Calendário do Núcleo no interior:

- Plano Regional de Conciliação
- 1ª Vara do Trabalho de Juazeiro: 15 e 16 de setembro
- Leilão do Polo Regional de Juazeiro: 17 de setembro
- 2ª Vara do Trabalho de Juazeiro: 18 e 19 de setembro
- Vara do Trabalho de Porto Seguro: 06 a 09 de outubro
- Vara do Trabalho de Eunápolis: 20 a 23 de outubro
- Vara do Trabalho de Itabuna: 17 a 21 de novembro

Estado. “A conciliação é a melhor forma de pôr fim ao litígio, pois vale o que foi estipulado pelas partes, em comum acordo, servindo a homologação judicial como garantia de que o estipulado será cumprido”, afirma a juíza.

O juiz substituto Ivo Póvoas, por sua vez, destaca que embora as duas partes normalmente tenham que ceder algo em um acordo, a decisão negociada costuma enfrentar menos resistência do que uma decisão judicial, que tende a desagradar uma das partes. “Quem faz acordo, normalmente cumpre”, avalia o juiz.

A Semana incluirá cerca de 1.184 audiências, durante os cinco dias, pela manhã e pela tarde. No caso do Núcleo serão 24, que acontecem na sala no 11º andar e na sala de Hastas Públicas, no 4º andar do Fórum do Comércio.

Em 2014, o Núcleo de Conciliação já visitou as cidades de Itabuna, Ilhéus, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Porto Seguro, Barreiras, Jequié e Vitória da Conquista. Até o fim deste ano, o Núcleo visitará Juazeiro e, novamente, Porto Seguro, Eunápolis, Itabuna.

Prestação de contas encerra encontros Institucional e de Diretores



Presidente detalhou as medidas já tomadas pela Administração

Durante o III Encontro Institucional da Magistratura da Justiça do Trabalho da Bahia, promovido pela Escola Judicial, e também o XV Encontro de Diretores, pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas, em agosto passado, o presidente do TRT5, desembargador Valércio de Oliveira, apresentou um balanço dos nove primeiros meses da sua gestão à frente da Casa. Os eventos reuniram, em momentos diferentes, magistrados do Trabalho da capital e do interior, e diretores de varas. Entre outros temas, como palestras sobre o desenvolvimento pessoal e o processo eletrônico, os participantes elaboraram uma lista de propostas para a administração do Tribunal.

Dos pontos abordados pelo presidente, foi destacado o reforço

ao atendimento no interior, com a Presidência Itinerante, o Plano Regional de Conciliação e os postos avançados, além da força-tarefa para eliminar processos findos. Em relação ao PJe-JT, o presidente garantiu que, até o fim de 2014, serão 66 Varas operando com o sistema. Também até o fim do ano, 18 Varas em Salvador implantarão o e-Samp para a condução de processos que hoje tramitam no formato físico, facilitando o acesso e a visualização de seu andamento.

Ele também apresentou a implantação do plano de saúde próprio do Tribunal, e a sua urgência em face da crise nos planos privados. Pontuou ainda as iniciativas que visam à qualidade de vida de magistrados e servidores, incluindo a campanha de pausa laboral, o retorno da ginástica laboral,

programas de saúde bucal e de vacinação, a atuação marcante da Comissão de Acessibilidade e também ações preventivas e de vigilância de saúde ocupacional nas unidades que operam como PJe-JT.

Foram anunciadas ainda a entrega, em breve, das sedes próprias de Itapetinga e Brumado, as tratativas para doações e terraplenagem de terrenos em Ipiá e Paulo Afonso, bem como das doações de terreno, já concretizadas, pelos municípios de Conceição do Coité e Itaberaba. Ele também apresentou outros benefícios nos prédios do Tribunal e a aquisição de novos equipamentos e de reforço nos links de internet. Para finalizar, apresentou as políticas que foram implantadas ou atualizadas: a de segurança, a de comunicação e a de segurança da informação.

Fórum da Justiça do Trabalho será inaugurado em Itapetinga

Ainda este ano será inaugurada a nova sede da Justiça do Trabalho de Itapetinga, o Fórum Desembargador. José Joaquim de Almeida Netto. Quem passa pelo prédio, na Rua Dulce Pereira Gomes, 150, no bairro do Morumbi, do passeio mesmo já escuta as furadeiras dos operários pregando as últimas divisórias e portas. Vê os pintores caprichando nos arremates da fachada. As louças e outros utensílios também já chegaram.

O projeto arquitetônico do novo prédio da JT priorizou a economia na construção, optando por uma estrutura metálica. Ao todo serão 900 m² de área construída e 650 m² de área útil, incluindo nove vagas para estacionamento externo e 18 vagas no interno. Atento às exigências de acessibilidade a todos os cidadãos, o prédio contará com uma rampa elevatória para cadeirantes.

Além disso, a nova sede contará com refeitório, copa, sanitários, sala de audiência, gabinete do juiz titular, gabinete do juiz auxiliar, secretaria, sala dos oficiais de justiça, sala de advogado, sala de apoio, arquivos, sala técnica, sala do diretor, distribuição de protocolo, atendimento, secretaria, depósito, subestação e casa de gás.

“Com a inauguração do fórum, vamos dar uma estrutura digna,

condizente com a representatividade que a Vara do Trabalho de Itapetinga tem na região. Poderemos receber com mais dignidade os advogados e os jurisdicionados, em espaços que serão exclusivos para eles”, festeja a juíza titular da Justiça do Trabalho de Itapetinga, Rosemeire Fernandes.

VISITA - No mês passado o presidente do TRT5, desembargador Valtércio de Oliveira conferiu de perto as obras e aprovou o que viu, acompanhado pelo secretário estadual de Trabalho Emprego e Renda, Nilton Vasconcelos, pelo chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) local, Felipe dos Anjos Costa, pela procuradora Ana Carolina Lima Vieira Ribemboim, pela juíza Manuela Hermes, pela titular da Vara de Itapetinga, juíza Rosemeire Fernandes e pelo diretor da vara, Fábio Santos Melo.

A jurisdição de Itapetinga atende, além da cidade sede, outros municípios do Sudoeste baiano como Caatiba, Encruzilhada,

Itaju do Colônia, Itambé, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Potiraguá e Ribeirão do Largo. Foi criada pela Lei nº 8432 em 11 de junho de 1992. De acordo com dados da secretaria, só no ano de 2014, a vara já contabiliza 1.087 processos distribuídos e 60 em fase de autuação.

Por decisão unânime o Órgão Especial do TRT5, decidiu homenagear o desembargador José Joaquim de Almeida Netto, que foi presidente do Tribunal no biênio 1991 a 1993. O magistrado esteve também à frente de Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ) em Itabuna (2ª), em Simões Filho e em Salvador (6ª), onde permaneceu até ser nomeado, em janeiro de 1990, para a segunda instância do Tribunal. O desembargador se aposentou em agosto de 2001, mas continuou participando de eventos importantes para o Tribunal, como palestras e seminários, e se destacava pela cortesia no trato com os colegas e servidores.

O projeto arquitetônico do novo prédio da JT priorizou a economia na construção, optando por uma estrutura metálica



Boas práticas agilizam o andamento de processos

As varas ainda utilizam pouco os atos ordinatórios. Se fossem mais usados evitariam que passassem pelas mãos do juiz, dando mais rapidez à tramitação

Ações simples praticadas pelas secretarias de varas da Justiça do Trabalho baiana têm ajudado cada vez mais pessoas a receber o que lhes é devido. Foi este o saldo dos últimos trabalhos da Corregedoria do Tribunal do Trabalho (TRT5) no mapeamento de boas práticas efetuadas pelas unidades quando visitadas pela equipe de correição.

Desde a utilização das redes sociais como ferramenta de comunicação até a colocação de uma simples etiqueta para processos que têm tramitação preferencial, passando pela consulta a dados do Banco Central, as boas práticas têm sempre seu lugar garantido na correta prestação jurisdicional.

Um dos destaques do TRT5 em termos de atuação é 26ª Vara da Justiça do Trabalho de Salvador, chefiada pela juíza titular Heliana Neves da Rocha. Ela explica que a unidade tem se destacado, em primeiro lugar pela rapidez com que publica os despachos. "Assim que sai o despacho a gente manda logo publicar, explica a magistrada.

Outro ponto que ela destaca e quedárapidez aos procedimentos,



Juíza Heliana Neves da Rocha (3ª à esquerda) comanda a 26ª Vara de Salvador

é fazer valerem os convênios do TRT5: Bacenjud (Banco Central) para detectar dinheiro por parte do devedor, Renajud, para achar carros para uma possível penhora, Infojud, (receita Federal) para ver a declaração de bens, e Serpro, para achar endereços cadastrados. "O segredo é ter servidores capacitados e isso nós temos aqui", elogia a juíza acrescentando que é preciso sempre "investir na capacitação do quadro de servidores, encaminhando-os para os cursos que o tribunal oferece".

Diretor da 26ª Vara, José Francisco Barbosa de Araújo observa que "as varas ainda utilizam

pouco os atos ordinatórios. Se fossem mais usados dariam mais celeridade ao processo pois evitariam que passassem pela apreciação do juiz", ensina. "Além disso, a secretaria de cada vara poderia divulgar na Internet o teor de cada despacho proferido e nem todos são divulgados", sugere o diretor da 26ª Vara.

O simples registro na capa dos autos de prazos processuais concedidos em audiência, bem como da quantidade de parcelas e as respectivas datas de pagamento também podem ajudar muito na resolução processual. Outro procedimento igualmente

importante observado pela correção foi a atualização dos cálculos, antes da prática de qualquer ato de execução.

"Certifico todos os dias uma grande quantidade de prazos para não acumular, mas isso é muito difícil pela pouca quantidade de servidores que trabalham nas varas", pondera Araújo. Reconhece, porém, que em uma vara mais antiga, "isto se torna difícil porque ela tem o triplo de trabalho e o mesmo número de servidores.

Despachos claros, bem fundamentados, indicando procedimentos sucessivos, vale ressaltar, também geram rapidez na tramitação dos processos, de acordo com informações da Corregedoria. Isto vale também para as atas

de conciliação, que quando são bem redigidas, não deixam dúvidas acerca dos termos do acordo ou decisão.

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDOS – Outro procedimento considerado boa prática foi a homologação de acordos com cláusula determinando que o valor transacionado seja depositado diretamente na conta-corrente do reclamante (ou patrono com poderes especiais para receber crédito). Algumas varas também realizaram, antes da liberação de saldo de depósito à acionada, a verificação - ou não - da existência de outras ações em execução.

BNDT – Outra dica: se o servidor ou magistrado quiser averiguar se há crédito remanescente

em algum processo, em vez de enviar e-mail a todas as Varas para averiguar a existência de execução contra determinada empresa, basta utilizar o Banco Nacional dos Devedores Trabalhistas (BNDT). A Vara consulta os dados, a fim de verificar a existência de débitos e, neste caso, transfere o crédito de imediato.

MULTA – Para evitar a demora na entrega dos laudos por parte de peritos, algumas varas passaram a determinar no próprio processo que o perito cumpra seu dever sob pena de aplicação da multa. Esta é fixada sem prejuízo da expedição de Ofício aos conselhos regionais de classes para apuração de falta, nos termos do art. 424, parágrafo único do CPC.

OUTRAS BOAS PRÁTICAS QUE SERVEM COMO DICAS

- decisões e despachos com força de ofício;
- prolação de sentenças em mesa;
- autorização para desentranhamento de peças na própria decisão que extingue a inicial;
- nomeação de perito em audiências;
- realização de reuniões periódicas entre Diretor e Servidores;
- elaboração de planejamento e estratégia para cumprimento das tarefas da Unidade;
- rodízio entre servidores no atendimento ao balcão;
- armazenamento dos processos de execução em prateleiras separadas dos demais para que o decurso de prazo seja certificado com maior rapidez, conferindo, assim, maior celeridade ao processo executório;
- acompanhamento mensal do número de processos conclusos para despacho e da quantidade de minutas de despacho elaboradas;
- acompanhamento mensal do número de processos em que foi certificado o prazo e elaborada a minuta respectiva;
- utilização de todos os meios possíveis, inclusive redes sociais, para comunicar ao credor a existência de saldos em processos antigos;
- utilização da ata de audiência com força de alvará para saque do FGTS/Seguro-Desemprego;
- utilização do convênio junto ao TRE para levantamento de endereço da parte;
- controle dos processos de perícia, com o objetivo de reduzir os prazos das diligências;
- apresentação de quesitos elaborados pelo Juízo e entregues ao perito antes da elaboração do laudo;
- coleta dos dados de identificação das partes, pelos Juizes, no momento da audiência;
- revisão periódica dos processos que se encontram aguardando no arquivo provisório, bem como dos pendentes de pagamento de precatório e revisão nas dependências da Vara objetivando localizar possíveis processos guardados em local indevido;
- autuação dos processos de meta em papel com cor diferente da normalmente utilizada e armazenamento dos autos em local separado dos demais em trâmite na Secretaria, além de etiqueta especificando a meta à qual está submetido.

Processo Judicial Eletrônico chega em mais seis cidades até dezembro

Sistema que já funciona em 49 varas, incluindo todas as da capital, será levado a Camaçari, Feira de Santana, Senhor do Bonfim, Juazeiro, Vitória da Conquista e Itapetinga até dezembro



Setembro é o mês em que o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5/BA) retoma a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) em mais seis cidades no interior do Estado. Já no dia 5 duas Varas do Trabalho de Alagoinhas já foram habilitadas e a previsão é a de que, até dezembro, Camaçari, Feira de Santana, Senhor do Bonfim, Juazeiro, Vitória da Conquista e Itapetinga também recebam o sistema, totalizando 18 varas trabalhistas.

Atualmente, o sistema já funciona com sucesso, nas 39 varas da capital e nas 10 varas que atendem Santo Amaro, Candeias, Itabuna e Ilhéus. Para o presidente do TRT5, desembargador Valtério de Oliveira, “esta implementação é muito positiva pois o PJe-JT, é um sistema novo que, gradativamente, já está agilizando a solução dos processos com celeridade, melhorando a atuação de

magistrados, procuradores, servidores e advogados trabalhistas no sentido de melhor atender as partes do processo”.

De acordo com dados do Núcleo de Suporte Operacional ao PJe-JT (Nusop), até o dia 22/7/2014, já tinham sido contabilizados 76.681 processos em tramitação pelo sistema no primeiro grau e 4.208 processos no segundo grau. São 12.210 advogados cadastrados na primeira instância e 7.463 advogados

cadastrados na segunda instância. Ou seja, já passa de 80 mil o número de processos PJe-JT no TRT5.

CAPACITAÇÃO - Parte dos juízes e dos servidores hoje ainda tem alguma dificuldade com o PJe-JT, explica o presidente do TRT5, “porque ainda é uma novidade,, mas estamos atualizando ele continuamente junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”. Para a gestora regional do PJe-JT,



As duas Varas de Alagoinhas adotaram o sistema

desembargadora Dalila Andrade, “o PJe-JT ainda é um sistema em desenvolvimento e o TRT5, juntamente com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) trabalham em constante parceria no melhoramento dessas ferramentas. Mas, enquanto o sistema não atinge a maturidade completa e haja dificuldades de manuseio, será preciso unir forças”.

Entusiasta do PJe-JT, o assistente de diretor da 12ª Vara de Salvador, Fábio Rosa, é um dos que já observa mudanças positivas no dia a dia no seu local de trabalho, no Comércio. “Diminuiu o atendimento às partes no balcão e as cargas nos processos diminuíram também”, narra o servidor. A outra vantagem, continua, é que, ao digitar de casa mesmo, a pessoa já acessa o sistema, na hora de enviar o processo para o Tribunal não precisa mais levá-lo para o setor; em um clic ele já está na segunda instância, em Nazaré”, observa ele.

TRT5 cria grupo para tirar dúvidas sobre PJe-JT

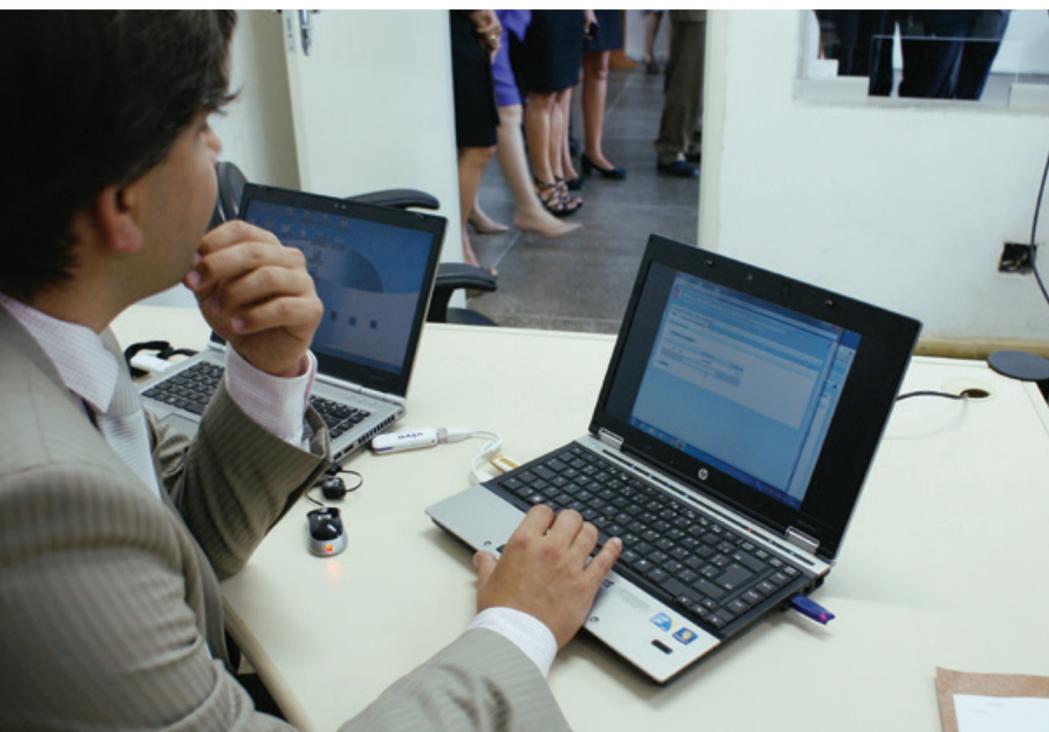
Está em pleno funcionamento no TRT5 a rede de colaboradores do PJe-JT. O grupo é formado por 242 colaboradores que darão suporte nas eventuais dificuldades operacionais relacionadas à utilização do sistema. Estes colaboradores estão à disposição de magistrados e servidores organizados no Grupo de Apoio Setorial de 1º e 2º graus.

Assim que alguém tiver dúvida na própria unidade, poderá acioná-lo no seu setor (VER QUADRO) e os servidores que ali atuam tentarão uma primeira solução. Em não se resolvendo neste primeiro momento, o servidor disca para o Help Desk (Ramal 6777), para acionar o Núcleo de Suporte Operacional ao PJe-JT (Nusop).

O grupo de 1º e 2º graus foi instituído por meio de Resolução Administrativa Nº23/2014 que

levou em conta, entre outros fatores, a expansão do PJe-JT no Tribunal, e a crescente demanda de suporte técnico e operacional. Atualmente, o Nusop funciona com oito servidores, dos quais seis atendem chamados e dois trabalham com serviços internos.

“Os integrantes do Grupo de Apoio deverão participar de oficinas de atualização; prestarão apoio operacional nas audiências e sessões de julgamento às quais a sua unidade estiver vinculada; coletarão sugestões e as encaminharão ao Nusop”, explica o chefe do Núcleo Orocil Pedreira. Para ele, o PJe-JT “já está modificando a relação que o usuário interno (servidor e magistrado) e os usuários externos (partes, advogados e procuradores) têm com a justiça, já que exclui intermediários.”



“Os integrantes do Grupo de Apoio participarão de oficinas de atualização e prestarão apoio operacional nas audiências e sessões de julgamento”.

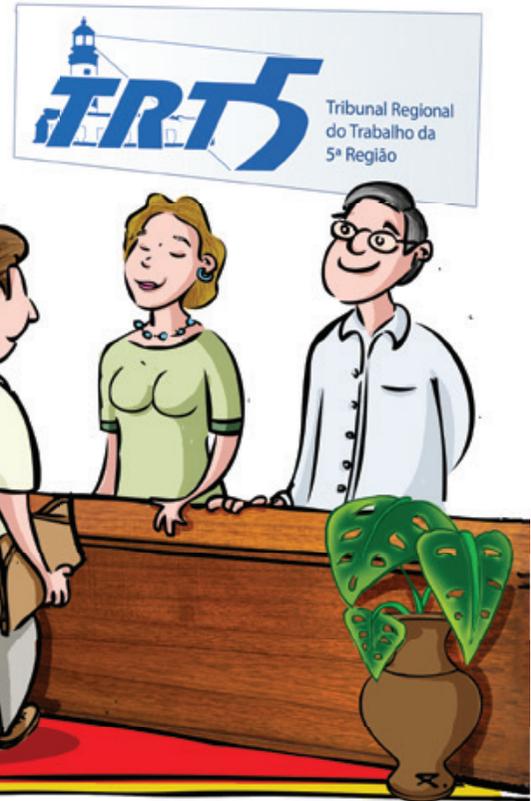
242 colaboradores darão suporte nas eventuais dificuldades de operação do sistema

Uma trajetória de evolução no atendimento ao cidadão

O PJe-JT foi implantado no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em 21/5/2012, inicialmente na Vara do Trabalho de Santo Amaro (1ª instância) e somente com relação à classe processual Mandado de Segurança, na 2ª instância.

Em agosto do mesmo ano, estendeu-se o PJe-JT para toda a segunda instância do TRT5. Em novembro e dezembro de 2012, instalou-se nas cidades de Candeias (2 Varas), Ilhéus (3 Varas) e Itabuna (4 Varas). Em 5/8/2013 instalou-se o PJe-JT nas 39 VTs de Salvador, totalizando, assim, 49 Varas na Bahia.

Novos investimentos em capacitação e infraestrutura estão previstos e estão sendo acompanhados pela Administração do TRT5, em trabalho integrado com o Comitê Gestor Regional do PJe-JT, com a Escola Judicial, com a Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CDP) e com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (Setic).



MELHORAMENTO CONTÍNUO

Por ser um projeto de gerência nacional do CNJ e de ter abrangência em todo o país, o PJe-JT, está passando por um aperfeiçoamento contínuo para agregar, ao longo do tempo, as múltiplas funcionalidades próprias do rito processual de cada ramo do Judiciário.

Para tanto, está sendo realizado com auxílio das equipes de desenvolvimento tecnológico de todos os Tribunais, inclusive do TRT5, que se destaca por ter responsabilidade na construção dos módulos da

Central de Mandados, da Central de Execução e Expropriação e do Controle de Perícias que, após análise e autorização do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, deverá ser aplicado em futuras versões para todos os Regionais Trabalhistas.

Além disso, diversos técnicos do TRT5, seja da área de Informática, seja da área de Negócios (Jurídico), contribuem em trabalho conjunto no CSJT, replicando as sugestões de melhorias colhidas junto aos usuários.

Em outubro, o PJe-JT chega a Juazeiro, Feira de Santana e Sr. do Bonfim.

Com o PJe, as Varas só recebem novas ações pela internet.

PJe-JT
PROCESSO JUDICIAL
ELETRÔNICO
JUSTIÇA DO TRABALHO



O Grupo de Apoio Setorial ao Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) está assim distribuído:

Gabinete de Desembargador - Dois servidores lotados em cada gabinete, inclusive dos que ocupam a Mesa Diretora do Tribunal, sendo um dos quais exercente de atividades administrativas e o outro, de atividades jurídicas;
Secretaria-Geral Judiciária - Dois servidores;
Secretaria das Seções Especializadas em Dissídios Individuais e Coletivos - Dois servidores;
Secretarias de Turmas - Dois servidores lotados nas secretarias, um dos quais, necessariamente, o diretor da Secretaria ou o chefe de Núcleo;
Coordenadoria de Recurso de Revista - Dois servidores;
Juízo de Conciliação de Segunda Instância - Dois servidores;
Secretaria de Coordenação Judiciária de 2ª Instância - Um servidor;
Secretaria de Coordenação Judiciária de 1ª Instância - Um servidor;
Varas do Trabalho - Dois servidores lotados nas Varas que utilizam o PJe-JT, sendo um dos quais, necessariamente, o diretor da Secretaria ou o seu assistente;
Central de Execução e Expropriação - Dois servidores;
Coordenadoria de Distribuição de Feitos de Salvador - Dois servidores.

Calendário do PJe-JT em Varas do Trabalho do Interior em 2014

LOCAL	QTE. VARAS	AÇÕES	PROPOSTA	
CAMAÇARI	4	Treinamento Servidores/Magistrados	15/09/2014	19/09/2014
		Simulação funcionamento	22/09/2014	25/09/2014
		Inauguração do PJe-JT	29/09/2014	29/09/2014
		Operação assistida	29/09/2014	03/10/2014
FEIRA DE SANTANA	6	Treinamento Servidores/Magistrados	29/09/2014	03/10/2014
		Simulação funcionamento	06/10/2014	09/10/2014
		Inauguração do PJe-JT	10/10/2014	10/10/2014
		Operação assistida	13/10/2014	17/10/2014
SENHOR DO BONFIM/ JUAZEIRO	3	Treinamento Servidores/Magistrados	13/10/2014	17/10/2014
		Simulação funcionamento Sr. Bonfim	20/10/2014	22/10/2014
		Simulação funcionamento Juazeiro	20/10/2014	23/10/2014
		Inauguração do PJe-JTem Sr. Bonfim	23/10/2014	23/10/2014
		Inauguração do PJe-JTem Juazeiro	24/10/2014	24/10/2014
		Operação assistida	27/10/2014	30/10/2014
VITÓRIA DA CONQUISTA	2	Treinamento Servidores/Magistrados	24/11/2014	28/11/2014
		Simulação funcionamento	01/12/2014	04/12/2014
		Inauguração do PJe-JTem VCA	04/12/2014	04/12/2014
		Operação assistida	09/12/2014	12/12/2014
ITAPETINGA	1	Inauguração do PJe-JT	05/12/2014	05/12/2014
	18			

Ivone Cruz: uma oficial da conciliação

Condecorada pelo Tribunal com pin de diamante, servidora faz cumprir a lei há mais de 40 anos

Há cerca de 2 milênios, enquanto predicava seu famoso Sermão da Montanha, Jesus Cristo já alertava aos devedores: "Entra em acordo sem demora com o teu adversário, enquanto estás com ele a caminho, para que o adversário não te entregue ao juiz, o juiz ao oficial de justiça, e sejas recolhido à prisão. Tá lá em Lucas, capítulo 12 e versículos 57 e 58 para quem quiser ler e sob inspiração divina, pagar o que deve.

Menos drástica que nos tempos de Jesus, a presença de um oficial de justiça hoje tem como missão maior estimular a conciliação entre as partes. Mas quando a paz não brinda um acordo eles chegam junto, fazendo valer a aplicação das medidas punitivas. Para ficar nessa linha de frente, é preciso, além de honestidade e diligência, jogo de cintura e pernas pra fugir de cachorros.

Uma manhã na vida da oficial de Justiça do TRT5 Ivone Cruz, é, literalmente, um passeio pelas

prerrogativas da função, tendo como cenário a larga Avenida Antônio Carlos Magalhães e as estreitas ruas da Polêmica, ambas na região do Iguatemi. Às 9 ela já está em uma empresa que fornece alimentação penhorando um carro. Abraçada com sua indefectível pasta, ela tira a notificação e o rapaz faz cara de espanto: "a matriz fica em Londrina", desconversa. "Mas o funcionário trabalhava na filial daqui. O senhor pode receber e entregar?". O moço dá um "sim" meio chocho e assina.

Atualmente Ivone, como é simplesmente chamada pelos colegas, é a mais longeva oficial de Justiça Federal do Brasil em atividade, com 41 anos de serviços ininterruptos, sempre na mesma função. No ano passado ela ganhou o pin de diamante, condecoração que a Presidência do Tribunal concede a quem tem mais de 40 anos



Dona Ivone Cruz é a mais longeva oficial de Judiciário federal do Brasil em atividade

de serviços prestados a casa.

A voz de Ivone é mansa mas firme, entremeada com sorrisos quando lembra passagens hilárias e de tom reflexivo quando conta uma passagem triste. Para ela, seu trabalho é "uma missão" conta, enquanto caminha pela calçada. "Gosto de ser oficial da Justiça do Trabalho, é uma honra trabalhar aqui. Só tenho a agradecer a Deus por isso". Nascida em Salvador, no bairro da Cidade Nova, a servidora passou sua infância no bairro de São Caetano, junto com seus três irmãos, sempre estudando em escola pública.

O pai trabalhava nas docas do Porto de Salvador e a mãe cuidava da casa. A menina logo mostrou-se amiga dos livros e dos estudos, hábito que preservou

na vida adulta e que lhe rendeu três colações de grau: Biologia, Enfermagem e Direito. A jornada de Ivone é feita a pé, em meio a engravatados, guardadores de carro, camelôs, zeladores, porteiros de prédios e outros transeuntes típicos dali. Qualquer um desses, inclusive, pode oferecer informações cruciais para localizar devedores fujões.

Uma vez ela foi entregar uma notificação de audiência na casa de uma senhora em Nazaré. A queixa havia sido prestada pela ex-empregada doméstica da casa. “O filho da ex-patroa que me recebeu”, conta, “e a mãe dele ao ler a notificação, começou a repetir: ‘Ela me traiu! Fui traída! Não acredito!’, falava em relação a empregada e depois começou a passar mal”. Ao ver a senhora passando mal e quase desmaiada ela pôs-se a dar os primeiros socorros para a idosa. Vizinhos e parentes levaram a idosa para o Hospital Santa Isabel mas ela faleceu no caminho.

De fé espírita, mãe de dois filhos e avó de um netinho, dona Ivone explica que apesar de fatos dolorosos, não se arrepende da escolha profissional. Ao contrário. A cada dois anos os oficiais de Justiça têm que mudar de área. Os mais antigos escolhem primeiro para onde ir, conforme discrimina uma Instrução Normativa. Já passou poucas e boas por aí. De certa feita, grávida de um dos seus dois filhos, cumpria com denodo sua tarefa e, junto com mais dois colegas, ela foi entregar uma notificação de penhora ao dono de um motel. Ao chegar na portaria, a funcionária do estabelecimento



Penhora não é motivo de alegria para Ivone

maliciou, “grávida e com dois?” De bate pronto: “me respeite que eu sou oficial de Justiça!”.

Em uma dessas missões, em Paripe um cachorro cravou os dentes em sua perna e, há poucos meses, na Rua Teixeira Barros, no bairro da Polêmica, fora fazer uma penhora e, novamente, teve que se livrar de um cachorro que, desta vez, escolheu seu braço. “Era um estacionamento antigo, a porta tava aberta eu entrei e ainda vinha outro cachorro também correndo só que um vizinho gritou e ele me soltou”.

Caminhando e contando, ela está agora no elevador de um daqueles prédios pomposos da Avenida ACM. As funcionárias de uma empresa já a chamam pelo nome e riem com ela, indicando que visitas anteriores já foram feitas. Em outra “diligência” uma funcionária explica a ela que ali agora funciona uma nova empresa. Ela argui que a maioria dos sócios é igual à antiga, puxa um papel com os nomes dos sócios e que o juiz considerou ali um “grupo econômico” ou seja, é dali mesmo que,

“Gosto de ser oficial da Justiça do Trabalho, é uma honra trabalhar aqui. Só tenho a agradecer a Deus por isso”.

em tese, terá de sair a remuneração devida ao reclamante.

A alegria maior, contudo, da servidora, não é ver os bens de ninguém sendo penhorados ou indo a leilão: “Mesmo na etapa final, mesmo tendo falhado as tentativas anteriores de acordo na audiência, ainda pergunto, por minha conta, se o reclamado vai querer acordo antes que o mandado de penhora se efetue e, muitas vezes ele aceita”, conta, orgulhosa. Meio dia ele se despede para sua hora de almoço. A tarde vem e a jornada vai continuar.

O combate ao trabalho análogo ao de escravo não dá trégua e a Bahia, infelizmente, ainda figura neste mapa. Seja no campo, onde as carvoarias ainda se utilizam da mão de obra infantil, nos suntuosos navios de cruzeiro ou na cidade, onde o avanço da construção civil muitas vezes mascara condições subumanas de alojamento, a má prática desafia o avanço dos tempos. Para explicar um pouco mais sobre o painel de combate a este crime, a Revista TRT5 entrevistou o juiz Murilo Sampaio, especialista no tema. Confira.

- Como o senhor tem observado as ações de combate ao trabalho análogo ao de escravo na Bahia?

A Bahia, infelizmente, retrata o cenário nacional de persistência de identificação do trabalho análogo ao de escravo. De forma reiterada, verifica-se a libertação de trabalhadores em condição de escravidão, sobretudo no oeste baiano, mas também na Capital. No mês de março, foram resgatados 11 pessoas que estavam num cruzeiro de luxo no porto de Salvador. Infelizmente, a empresa responsável pelo cruzeiro negou a constatação dos fiscais do trabalho e sequer se responsabilizou pelas condições indignas de trabalho, as quais contrastavam com o luxo no navio.

- Qual a definição para trabalho análogo ao trabalho de escravo?

A definição de trabalho análogo ao de escravo compreende uma situação de trabalho na qual há restrição de liberdade do trabalhador ou condições degradantes de trabalho. Ou seja, quem



TRTPR / Divulgação

Juiz Murilo Sampaio: O combate ao trabalho análogo ao de escravo não dá trégua

é forçado a trabalhar por meio de fraude, dívida ou retenção de documentos ou quem é submetido a condições desumanas de trabalho, conforme previsto no art. 149 do Código Penal.

- É um tipo de crime que acontece principalmente no campo?

A prática de trabalho forçado ocorre em locais de grande

e rápida expansão econômica, quando a necessidade de obter lucros desconsidera os direitos humanos e as condições dignas de trabalho. No campo, sobretudo nos momentos de colheita, e na cidade, nas construções e grandes obras, percebe-se casos recorrentes de trabalho análogo ao de escravo além de condições degradantes.



A construção civil é a vilã do trabalho análogo ao de escravo na zona urbana

“ Em alguns casos, as crianças também são recrutadas para o labor nas carvoarias e nas colheitas”.

- E na cidade grande, de que forma ele se manifesta?

Na cidade, verificam-se condições degradantes na construção civil e no trabalho irregular

de imigrantes, a exemplos dos bolivianos que laboram na indústria têxtil em São Paulo.

- Com o senhor vê a relação capitalismo X trabalho escravo?

Penso que o principal problema do trabalho escravo contemporâneo é a invisibilidade que o acomete. Tais condições aviltantes de trabalho ocorrem às escondidas seja nos grotões do campo, seja nos porões dos galpões ou nos alojamentos precários. Além de ser praticado às escondidas, a nossa sociedade também não deseja ver tal indignidade, preferindo o discurso

superficial da “geração de trabalhos”, mesmo sem atentar que, nestes trabalhos, se sonegue, reiteradamente, a condição humana e sua dignidade. O psicólogo Fernando Braga apresenta uma frase forte e marcante que muito se adapta ao debate do trabalho escravo: “Não existem homens invisíveis; o que existe é uma sociedade cega”. A cegueira, melhor assimilada como invisibilidade, tem sido fator de legitimação do trabalho escravo na atualidade. Acredito que o respeito à dignidade humana, como centro do sistema jurídico brasileiro, reclama por maior

visibilidade sobre as situações de trabalho análogo ao de escravo e, sobretudo, o fortalecimento das iniciativas e experiências de combate às violações dos direitos humanos.

- O senhor acha que este tipo de ocorrência envolve que tipo de público?

A prática de trabalho forçado no Brasil tem um perfil específico de trabalhador: homem negro/pardo em idade produtiva, com pouca ou nenhuma escolaridade e com baixa renda. Infelizmente, em alguns casos, as crianças também são muito recrutadas para o labor nas carvoarias e nas colheitas.

- O senhor particularmente já enquadrou alguma empresa ou fazenda que tenha incorrido neste erro?

Já apreciei pedidos de danos morais individuais por condições degradantes de trabalho, mormente em alojamentos de construtoras, quando a situação do processo comprovou condições degradantes de trabalho, o que ensejou a condenação em indenização por danos morais. Gostaria de registrar que, anteriormente à magistratura, atuei como advogado de trabalhadores rurais libertos na fazenda Roda Velha no oeste baiano, obtendo a primeira condenação por danos morais individuais neste Tribunal. Quem quiser ler sobre o assunto pode acessar o link http://www.aatr.org.br/Artigos/danos_morais.htm.

- Como funciona o diálogo entre o Tribunal Superior do Trabalho

“A prática de trabalho forçado no Brasil tem um perfil específico de trabalhador: homem negro/pardo em idade produtiva, com pouca ou nenhuma escolaridade e com baixa renda”.



(TST), o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT)?

A Justiça do Trabalho e a OIT, além de diversas inicia-

tivas conjuntas, participam da Conatrae (<http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/conatrae/conatrae.htm>). Nesta comissão, são discutidas e implementadas ações conjuntas de combate ao trabalho forçado em todo Brasil. Em especial, destaco as oficinas de sensibilização sobre a temática com ênfase em experiências processuais de sucesso no âmbito da Justiça do Trabalho, que já foram realizadas em todos o Tribunais do Trabalho.

- Fale sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que aperta o cerco contra aqueles que ainda praticam este crime.

A chamada “PEC” do trabalho escravo prevê a expropriação da propriedade rural daquele que for flagrado com trabalhadores em condição análoga à de escravo na fazenda. É a proposta de emenda constitucional nº 57A/1999 que estabelece o confisco de propriedades em que esse crime for encontrado e sua destinação à reforma agrária ou a programas de habitação urbanos.

A PEC foi aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados em 2004 e 2012. Neste ano, foi aprovada em maio no Senado, também em dois turnos, mas um pequeno acréscimo de “na forma da lei”, tem gerado um debate intenso se haveria a necessidade de uma nova lei definindo o que seria trabalho escravo ou se bastaria o conceito do art. 140 do Código Penal. Quem quiser saber mais detalhes, pode clicar nesse link: (<http://www.trabalhoescravo.org.br/noticia/8>).

Em processo contra o sedentarismo

Magistrados e servidores se destacam em competições esportivas e servem de exemplo na busca por uma vida saudável

As consultas de magistrados e servidores com os médicos do TRT5 apontam um dado preocupante. Cerca de 80% do pessoal lotado na Região Metropolitana de Salvador apresenta algum grau de sedentarismo. A pouca movimentação do corpo, aliada às calorias extras do bolo de chocolate comprado para os aniversariantes do mês, e das guloseimas da hora do lanche, levanta um alerta para a necessidade de cuidar da saúde.

Na contramão desse índice, um grupo de magistrados e servidores do TRT-5 recorre à prática frequente de esportes e de atividades físicas, para cuidar da saúde e ao mesmo tempo combater o estresse. Eles mostram que, acima de tudo, movimentar o corpo é sinônimo de qualidade de vida.

Ficar parada não é uma opção para a desembargadora Dalila Nascimento Andrade. Diariamente, ela se reúne com o seu grupo de corrida às 5h40 da manhã para percorrer um trajeto que varia de 12 a 15 km. E antes de chegar ao seu gabinete, às 9h da manhã, ainda passa por uma academia, quatro vezes por semana, para trabalhar a musculatura sob a orientação de um *personal trainer*.

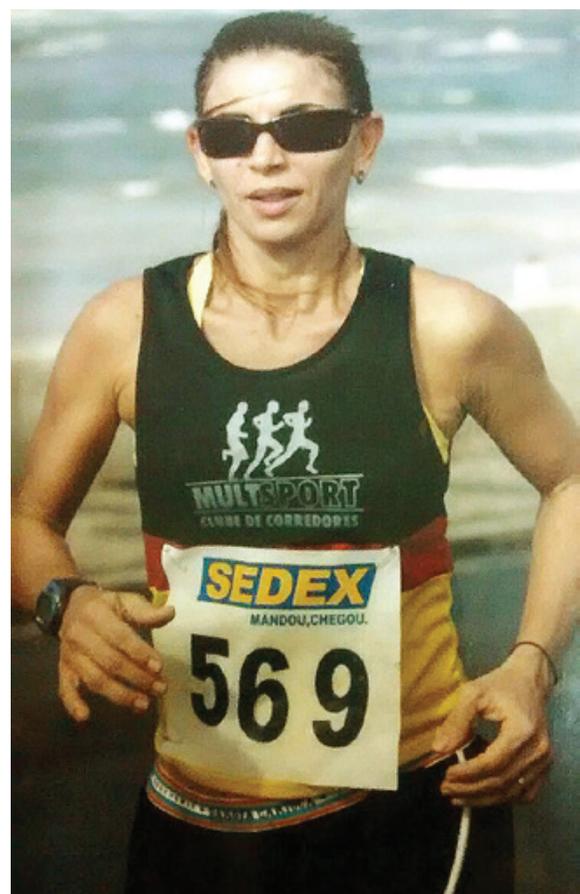
Embora não se preocupe em cruzar a linha de chegada em

primeiro lugar, a desembargadora tem nas corridas uma de suas maiores paixões. Em casa, estão mais de 80 medalhas recebidas por ter completado o percurso em competições em Salvador, no Rio, em Porto Alegre e até na São Silvestre de 2012. “Eu corro para ser feliz”, afirma a magistrada, que já está se preparando para correr a Maratona de Paris, em abril de 2015.

Acostumada a longos percursos, como os 34 quilômetros que separam a Ponta de Humaitá de Itapuã, pela orla, a desembargadora enaltece o espírito de solidariedade dos seus colegas do grupo de corrida. “Muitas vezes, alguém que é mais veloz diminui o ritmo para não deixar quem vem atrás sozinho”, ilustra.

Uma solidariedade que uniu dois servidores do TRT-5. Carlos Marinho, diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), e Marcelo de Carvalho Monteiro Filho, da Coordenadoria Administrativa de Pessoas, trabalham no mesmo prédio, em Nazaré, e se tornaram amigos em 2009, por conta do esporte. Marcelo, que está começando a praticar natação para se tornar um triatleta, perdeu a visão aos cinco anos de idade, mas isso nunca foi motivo para que ele desistisse de praticar esportes. Para participar de

“Muitas vezes, alguém que é mais veloz diminui o ritmo para não deixar quem vem atrás sozinho”.



A desembargadora Dalila Andrade corre e faz academia todos os dias antes de chegar ao tribunal

corridas, entretanto, o servidor precisa sempre de um guia.

Ao saber que no andar acima do que trabalha havia um colega desportista precisando de ajuda, Marinho se dispôs a ser o seu guia, uma colaboração que começou em 2009 e que se mantém até os dias atuais. Além do prazer de fazer atividades físicas e cuidar da saúde, ambos destacam que a prática de esportes se reflete também na rotina de trabalho. “É o que elimina meu estresse”, declara Marinho, que já correu até em Buenos Aires.

Mas o diretor da SOF também leva em conta o efeito das atividades físicas sobre seu corpo.

Bastou ficar um mês sem correr, por conta de uma lesão, para o seu peso subir de 84 para 92 quilos e o colesterol pular de 170 para 259. Marcelo acompanha o seu guia também ao falar sobre os benefícios do esporte: “Praticar exercícios traz uma sensação de bem estar. E me deixa mais disposto para o trabalho também”.

Marcelo Monteiro e o seu guia, Carlos Marinho



OPÇÕES NO TRABALHO

Mas quem ainda não se anima a encarar corridas matinais e maratonas, mas sente necessidade de se mover, conta com o incentivo que o tribunal está dando aos exercícios físicos nas suas dependências. Entre as medidas adotadas com a recomendação da Comissão de Saúde, estão a prática de ginástica laboral e a aquisição de 30 pedômetros.

Uma vez por semana, um profissional de educação física de uma empresa contratada por licitação visita cada unidade do TRT para comandar uma série de exercícios (ginástica laboral) que ajudam a evitar doenças ocupacionais. E uma outra empresa, em processo de licitação, vai dar aulas de educação postural, com dicas para quem trabalha o dia inteiro à frente do computador.

Uma novidade que está sendo conduzida pelo Serviço de Saúde é a aquisição de 30 pedômetros, aparelhos que ligados à cintura monitoram a distância percorrida pelo servidor durante uma jornada de trabalho e indicam o seu grau de sedentarismo. Com base nesses dados, os médicos do TRT vão recomendar atividades físicas complementares para quem ainda não se movimenta de maneira satisfatória. “Vamos começar observando a rotina de servidores em quatro unidades selecionadas. Com base nos dados que colhemos, vamos implementar uma política de cuidados para todo o TRT”, informou a médica Petrina Novais.



Atividades físicas são feitas também durante o expediente



TRT5 Saúde começa a operar em outubro

Abem sucedida experiência de autogestão em planos de saúde, adotada em oito tribunais do país, incluindo o Supremo Tribunal Federal, começa a ser adotada no Tribunal Regional do Trabalho da Bahia a partir do próximo mês de outubro. Em um primeiro momento, o TRT5-Saúde vai oferecer a possibilidade de consultas em oito especialidades médicas, além de odontologia, atendimento psicológico, acupuntura, RPG e pilates. A ampliação para todos os procedimentos, inclusive rede hospitalar, está prevista para maio de 2015, quando o TRT encerra o contrato com a Promédica.

“Grandes empresas, como a Volkswagen e a Infrarero administram os seus próprios planos de saúde. E a Cassi, o plano de saúde do Banco do Brasil, já existe há 26 anos”, destacou a desembargadora Maria das Graças Boness, presidente da Comissão de Autogestão em Saúde do TRT5, que ao longo dos últimos meses vem apresentando a magistrados e servidores os estudos que indicam a autogestão como melhor alternativa de longo prazo para cuidar da saúde de quem trabalha no TRT e de seus dependentes.

O TRT5-Saúde foi projetado para garantir, desde o princípio, uma assistência médica digna aos seus usuários, com a perspectiva de que a longo prazo os benefícios sejam ainda maiores, com redução das mensalidades e melhor atendimento, com o credenciamento de médicos de boa reputação no mercado. Afinal, a autogestão presume que não há o interesse

por lucro, como acontece com as operadoras.

Pelos cálculos feitos pela comissão, por exemplo, um servidor que tenha 44 anos em maio de 2015, quando ocorre a migração completa, pagará R\$ 378,51 de mensalidade por um plano com direito a acomodação

em apartamento de hospital, caso precise ser internado. Se o contrato com a Promédica fosse renovado, esse valor atingiria R\$ 510,99, com a correção de 8% da inflação projetada. No ano seguinte, a diferença a favor do TRT5 Saúde é ainda maior, com uma mensalidade prevista de R\$ 283,88 em valores atuais, contra R\$ 551,87 caso o plano privado fosse mantido, com a correção pela inflação.

“Em um primeiro momento, as mensalidades não poderão ser reduzidas significativamente porque o plano precisa se capitalizar e, assim, permitir que depois os usuários paguem menos”, explicou André Liberato de Matos Reis, chefe da Seção de Apoio a Planos de Saúde, durante uma explanação a servidores no auditório do Fórum Juiz Antonio Carlos Araújo de Oliveira, no Comércio.

VANTAGENS - Entre os benefícios que o TRT5-Saúde traz estão o corte de 25% da mensalidade com o fim da intermediação de uma operadora privada, aumento gradual da oferta de benefícios



com a acumulação de reservas financeiras, atendimento personalizado para liberação de exames complexos e de elevado custo com autorização para internamentos facilitada e a fiscalização coletiva, que ajuda no controle de qualidade dos serviços prestados.

No TRT5-Saúde, a coparticipação será de 30% para consultas e 20% para procedimentos. Em casos de internação, o usuário arca com 5% do valor para despesas até R\$ 20 mil, 2,5% para despesas entre R\$ 20 mil e R\$ 40 mil e 1% acima de R\$ 40 mil. A coparticipação é uma prática adotada por operadoras de saúde para evitar o uso abusivo do sistema.

Antes de entrar em operação, o TRT5-Saúde realizou uma pesquisa para traçar o perfil epidemiológico dos servidores e magistrados, visando o credenciamento de médicos, clínicas e hospitais. Em caso de dúvidas, magistrados e servidores podem consultar a Seção de Apoio a Planos de Saúde (Saps), através do tel. 3319-7112 ou pelo e-mail saps@trt5.jus.br.



Uma equipe da Coordenadoria de Saúde do TRT5 está sempre de prontidão para ajudar servidores e magistrados a terem uma saúde melhor

Exames periódicos ajudam a detectar doenças crônicas

Os dados dos exames periódicos servem como informação para detectar doenças como hipertensão e diabetes e para ajudar o paciente a decidir que medidas de prevenção a pessoa seguirá

Hoje existem mais de 30 milhões de portadores de hipertensão arterial no Brasil e estima-se que apenas 10% façam o controle adequado da doença, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde. Prevenir-se é cada dia mais necessário e uma das principais ferramentas para se detectar a existência desta que é chamada pelos médicos de doença silenciosa é a realização de exames periódicos.

Em busca da melhoria da qualidade de vida e da correção de hábitos que atingem a saúde de magistrados e servidores, a Coordenadoria de Saúde do TRT5 continua realizando exames periódicos para todo o corpo funcional do Tribunal. "Os dados dos

exames periódicos servem como informação para que se detecte, por exemplo, quem tem doenças crônicas como hipertensão e diabetes e, a partir daí, decidir que medidas de prevenção a pessoa seguirá", explica o médico José Roberto Tolentino.

O atendimento dura em média 20 minutos e faz parte do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, abrangendo os tipos ocupacional e não ocupacional, que são relacionados, respectivamente, ao exercício das atividades de trabalho e à correção de hábitos não saudáveis.

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) estabelece que servidores com mais de 45 anos façam exame anualmente e



“Servidores com mais de 45 anos devem fazer exame anualmente e abaixo dessa idade a cada dois anos”.

abaixo de 45, a cada dois anos. O médico José Roberto Tolentino revela um dado novo: um número crescente de pessoas que fez exames nos anos anteriores volta trazendo exames feitos previamente “e isso tem ajudado a diagnosticar melhor os problemas, inclusive no próprio ambiente de trabalho”.

A convocação para os exames é feita por e-mail, sempre com base no mês de aniversário do servidor ou magistrado. Maiores informações sobre atendimento nos ramais 7621 (Nazaré) e no 6990 (Comércio).

Queixas de funcionários ajudam na troca de equipamentos inadequados

Além da parte de saúde, propriamente dita, os exames ocupacionais, ajudam na detecção de equipamentos que já estejam com algum tipo de defeito ou que já se tornaram inadequados. “As queixas dos servidores durante os exames ocupacionais desencadearam um aumento de avaliação dos postos de trabalho, às vezes depois da consulta vou até lá”, explica o médico José Tolentino.

Com isso, itens como cadeiras, recostos, monitores com defeito (brilho excessivo na tela) são inspecionados pelo Serviço de Saúde a fim de que sejam evitados os Dort (Distúrbios Osteomusculares Relacionados com o Trabalho). Quando estão avariados, a sua troca é sugerida imediatamente. Além da Coordenadoria de Saúde, a fiscalização também é feita pela Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (Cesmt) e pelo Comitê de Saúde do Trabalhador (CSTrab).

Outro ponto fiscalizado por ambos diz respeito a postura. Quem estiver digitando tem que ter sempre o antebraço apoiado na mesa, alerta o médico. As inspeções fazem parte de um programa de riscos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e são efetuadas em todos os tribunais do Brasil.

A Coordenadoria de Saúde do TRT5 é composta atualmente por Serviço Social (Elzita Brandão e Eliana Correia), Psicologia (Mariana Lima e Sara Bittencourt), Odontologia (Carolina Calabrick, Cristiane Valadares, José Sestelo e Monique Queiroz), Seção Médica (Ana Paula Mascarenhas, André Araújo, Augusto Farias, Hildérico Caldas, Jardel Caetano, José Ricardo Martins, Roberto Tolentino, Márcia Lerner, Maria Tereza Silveira Martins e Thiago Martins).



Emoção marca homenagem à desembargadora Marama Carneiro

A cerimônia, realizada no Pleno do TRT5, contou com familiares, magistrados, procuradores, servidores e advogados



Desembargadora Marama Carneiro destacou companheirismo e amor no TRT5

Nos olhos da desembargadora Marama Carneiro o brilho de quem se emocionou; no seu semblante, a alegria e o sorriso de agradecimento às muitas deferências que lhe foram feitas pelos bons serviços prestados durante 40 anos no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Foi este o tom do seminário que, no início de agosto, homenageou a magistrada, aposentada em junho deste ano.

A sala de sessões Juiz Nylson Sepúlveda, na sede do TRT da Bahia, em Nazaré, ficou lotada. A plateia se emocionou junto à homenageada. Na abertura do

concorrido evento, todos cantaram de pé o Hino Nacional Brasileiro, revestindo de vozes a magistral versão em solo de saxofone tocada pelo oficial da Polícia Militar Raine Kruper.

Nas palavras de seus pares e amigos, uma magistrada que soube “ser leve sem ser frágil e firme sem ser dura”, que teve “caráter, humildade e compromisso” e que “conseguiu refletir a mais nobre dignidade no exercício da função jurisdicional”. Na plateia, magistrados de todas as instâncias da Justiça do Trabalho, advogados, servidores e familiares da homenageada.

“Passei quase meio século dentro desta Instituição, onde só recebi apoio, alegrias, companheirismo e amor”, lembrou a desembargadora. Os anos de dedicação e serviços prestados ao Tribunal como servidora e juíza, tiveram destaque no seu discurso assim como o exemplo e o apoio dado por seus pais, já falecidos. Com especial carinho, homenageou o marido Jairo Carneiro, atual secretário da Agricultura, Pesca, Irrigação e Reforma Agrária do Estado. “Minha família serviu como sustentáculo de honradez em toda a minha trajetória”, disse.

PALESTRAS – Além das homenagens, que prevaleceram durante o evento, o seminário abordou temas bastante pertinentes da magistratura, como a Integração do Ministério Público do Trabalho e o Poder Judiciário para o fortalecimento dos direitos sociais, defendido pelo subprocurador geral do Trabalho, Manoel Jorge e Silva Neto; A Magistratura e o Movimento Associativo, tema abordado pelo juiz do TRT de Brasília, Grijalbo Coutinho; e a Dignidade da Função Jurisdicional, apresentado pelo jurista e juiz aposentado José Augusto Rodrigues Pinto.

O presidente do TRT5, desembargador Valtércio de Oliveira ressaltou o bom exemplo deixado pela desembargadora, “uma magistrada de caráter íntegro, inequívoca vocação e compromisso com o Judiciário”. Para o presidente, o seminário foi também uma forma de marcar a passagem do Dia do Magistrado e do Advogado, celebrado no dia 11 de agosto.

Em seguida, a desembargadora Vânia Chaves e o juiz André Neves registraram a mensagem de homenagem em nome do

Tribunal e dos juízes de 1º grau, respectivamente. Ambos enalteceram a “carreira plena de sucessos e o legado deixado pela desembargadora para a Justiça do Trabalho da Bahia”.

A programação seguiu com entusiasmadas falas de Abnoan Araújo, servidor e amigo íntimo da família; pelo procurador chefe do Ministério Público do Trabalho, Alberto Balazeiro; e pela presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região (Amatra5), juíza Andrea Presas.

VÍDEO – Em seguida, um emocionante vídeo produzido pela Secretaria de Comunicação com depoimentos de familiares e amigos destacaram as realizações da desembargadora nos diversos cargos que exerceu – incluindo a presidência do TRT/BA no biênio 2003/2005 – e as suas qualidades como mãe, esposa e avó.

A pedido do presidente, a solenidade foi encerrada com a declamação do poema *Para Além da Curva da Estrada* pela servidora Flávia Côrtes, lotada no Cerimonial. O heterônimo de Fernando Pessoa faz uma analogia do

presente e o futuro, destacando a importância de viver o “hoje” intensamente. Em seguida, o saxofonista da Polícia Militar da Bahia, Rainer Krupp, executou o Hino do Senhor do Bonfim, acompanhado do pianista Marcelo Melo.

CURRÍCULO – Condecorada com sete comendas e três medalhas pelos excelentes serviços prestados à justiça trabalhista, a desembargadora Marama dos Santos Carneiro exerceu durante 40 anos (1974-2014) a Magistratura do Trabalho. Promovida, por merecimento, ao cargo de Juíza Presidente de Junta, exerceu suas funções, inicialmente, no Estado de Sergipe, nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Maruim e 2ª de Aracaju e, posteriormente, na 8ª JCI de Salvador (Ba) até fevereiro de 1993.

Em 5 de novembro de 2003, Marama Carneiro tomou posse como presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. A magistrada foi também representante do TRT da 5ª Região no Colégio de Presidentes e Corregedores dos TRTs (Coleprecór), nos anos de 2002 e 2003, passando a coordená-lo em 2003 e 2004.



ENCERRAMENTO – Já passava das 18 horas quando o jurista e juiz aposentado José Augusto Rodrigues Pinto encerrou o evento falando à homenagem sobre a *Dignidade da Função Jurisdicional*. Após comparar a atividade do juiz à de um equilibrista e afirmar que “a dignidade não existe por si mesma, mas é um espelho destinado a refletir a dignidade – ou indignação

– do magistrado que a reveste”. O juiz, que é oriundo do TRT baiano, concluiu que a homenagem prestada à desembargadora Marama Carneiro é “mais que justa porque a imagem refletida pela magistrada em toda sua carreira foi o reflexo da mais nobre dignidade”. Foi aplaudido de pé pelos presentes (**leia a íntegra da palestra na versão eletrônica no site www.trt5.jus.br**).

Casa de apoio a pacientes com câncer ganha lavadora e secadora industrial

O drama de pacientes pobres e que tem câncer no Sudoeste baiano motivou a força de vontade da Sr^a Maria do Carmo Gomes Cândido de construir uma casa de apoio para eles. E foi na sua própria residência, no bairro Alto Maron, em Vitória da Conquista, que seu trabalho se iniciou. O ano ela lembra bem: 1999, data em que o SUS de lá passou a ter um centro de referência de oncologia na cidade. O número de acolhidos de lá pra cá, Carminha, como é gentilmente conhecida, diz que já nem lembra mais.

Com a doação de abnegados ela pôde erguer em outro terreno a Casa de Acolhimento ao Paciente Oncológico de Vitória da Conquista, mais conhecida como Casa do Amor, que hoje atende de 90 a 100 pessoas. Ali, naquele espaço da Rua O, no bairro Felícia, trabalham 18 pessoas contratadas pela Casa. A rotina é de puro corre-corre. A todo

momento chega gente de mais de 20 cidades do Sudoeste e até de Minas Gerais para ali ficarem a espera de uma vaga no SUS. Apenas uma ambulância, também doada, é o milagre sobre rodas para atender esta pequena multidão.

São entre 10 e 15 quilos de roupa para lavar diariamente, provenientes de 86 leitos. "Têm também os lençóis secretivos, aqueles que servem a pessoas com secreções em seus tumores abertos. A gente só higienizava eles na lavanderia do Hospital de Base, nosso parceiro", relembra Carminha. E o pior não era isso, conta ela: "No dia em que a ambulância levava os lençóis para lá, tinha que ficar um dia sem atender até ela também ser higienizada".

PRESENTES - No final de julho, a Casa do Amor ganhou dois presentes: uma lavadora hospitalar industrial para 30Kg de roupas e um secador rotativo de roupas industrial

para 20 Kg. Os dois equipamentos chegaram ali graças a um acordo celebrado na Justiça do Trabalho em uma Ação Civil Pública que multou um fazendeiro por danos morais por manter funcionários em sua fazenda em situação degradante de trabalho.

O termo de ajustamento de conduta foi mediado pelo 2^a Vara da Justiça do Trabalho, de Vitória da Conquista. "No ano passado nos do TRT explicamos que seria melhor se as indenizações fossem convertidas para própria comunidade e não para o Funtrad e para o FAT e aí, juntos, conseguimos beneficiar instituições locais listadas pelo próprio Ministério Público do Trabalho após sugestão do tribunal", explicou a juíza auxiliar da 2^a Vara do Trabalho, Cyntia Cordeiro Santos.

"Essas máquinas foram presentes de Deus. Gostaríamos de dizer que foi muito importante a todos da Justiça e ao fazendeiro, que conseguiram e doaram pra nossa Casa do Amor estas máquinas", agradece Carminha. A casa aceita doações de alimentos, vestimentas e dinheiro também. **Para mais informações ligue para 0xx 77 3421-9660.**



Iniciativa individual, casa abriga pessoas pobres que estão em tratamento de câncer pelo SUS





No alto do pódio, Luiz Henrique das Virgens leva Salvador e o Brasil ao lugar mais alto das américas no judô

Associação Camelot revela campeão panamericano de judô

Parceira do TRT5, a associação representa uma chance de cidadania para jovens de Amaralina, Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas e Chapada do Rio Vermelho

Quando Luiz Henrique das Virgens, 19 anos, ganhou a medalha de ouro nos campeonatos sulamericano e panamericano de judô, realizados em 2013 na Argentina, um pequeno filme da sua vida passou em sua mente. Em meio à euforia do pódio e dos abraços dos colegas, ele lembrou-se de quando era um menino e acompanhava a mãe nas aulas de judô que aconteciam na Associação Camelot, situada no bairro

de Amaralina, em Salvador, em frente a sua casa.

"Minha mãe, simplesmente não tinha onde me deixar e eu ia com ela. Tinha apenas 13 anos e quando ganhei a primeira competição, comecei o meu despertar", relembra o atleta, que hoje é um dos cinco melhores do Brasil na categoria sub-médio 21 (até 90Kg), de acordo com o ranking elaborado pela Confederação Brasileira de Judô (CBJ).

Assim como Luiz Henrique, hoje em dia, 174 jovens estão matriculados na Camelot, como é simplesmente chamada, divididos em sete turmas. Além do judô, há também aulas de karatê e ginástica olímpica de segunda a sexta. A totalidade dos alunos vem de bairros com grande vulnerabilidade social como Nordeste de Amaralina (maioria), Vale das Pedrinhas, Chapada do Rio Vermelho e Santa Cruz.

SONHO - Este sonho se tornou realidade de uma forma inusitada. Um dia José Carlos Lêdo de Oliveira, o sensei Lêdo, vinha andando em sua bicicleta quando se acidentou feio. Quebrou tibia, perônio e tornozelo. No auge daquela dor, recebeu socorro de duas senhoras messiânicas que por ali passavam. Na cama do hospital, após receber aplicações de *johrei* entendeu tudo aquilo como uma mensagem. Seu próximo passo foi entrar para a Igreja Messiânica “para servir as pessoas”.

Sensei Lêdo, como é mais conhecido, conta que “as escolas particulares já não me abriam as portas para que eu desse aulas, pela minha idade e tal”. Como tinha herdado uma casa dos seus pais, “decidi transformar minha casa num dojo, para dar aulas gratuitamente e, com pouco tempo na comunidade, as mães vinham me pedir para que aceitassem seus filhos, mesmo as turmas estando cheias. Elas diziam: “aqui eles estão salvos”.

Mas como foi possível operacionalizar tudo isso? É aí que entra a outra metade da história, cuja protagonista é a servidora aposentada do TRT5 Rita Vidal. Voluntária de trabalhos sociais, ela se encantou com a abnegação do professor de judô em transformar a casa em academia para jovens em situação de vulnerabilidade e decidiu ajudar. Juntos, fundaram uma associação sem fins lucrativos. Eles também se casaram, vivendo juntos entre 2000 e 2007, mas a parceria continua.

REALIDADE - “Antes de me aposentar, fui uma das responsáveis pela implantação do serviço



Apoiado pelo TRT5, Luiz Henrique das Virgens é um dos cinco melhores judocas do Brasil na categoria sub-médio 21

social do TRT5, ajudei também a fundar o sindicato que representa a categoria e por isso todo mundo me conhecia”, relembra Rita Vidal, que é vice-presidente da associação. Aposentada desde 1996, a partir de 2001 ela conta que iniciou uma campanha para conseguir padrinhos e madrinhas para essas crianças e saía de sala em sala pedindo R\$ 20 de cada um “até que, depois de um tempo consegui, sensibilizar a diretoria geral do TRT5 e firmar um convênio para que houvesse um desconto em folha”, relembra ela.

“Minha mãe, simplesmente não tinha onde me deixar e eu ia com ela. Tinha apenas 13 anos e quando ganhei a primeira competição”.

Quem vê as crianças praticando o judô, entre a alegria e a concentração do esporte, não imagina o quão triste é a trajetória de muitas ali. Tiroteios, homicídios, parentes e amigos cooptados pelo tráfico. Coisas assim fazem parte daquele imaginário mas, num rápido olhar, percebe-se que a arte marcial, com seus prerrequisitos de disciplina, hierarquia e respeito, transforma os jovens em exemplos nas suas comunidades. “Eleva também a autoestima pois eles passam a conviver com jovens de outras classes sociais e que praticam o mesmo esporte, competindo em condição de igualdade”, salienta Rita Vidal.

Moradora do Vale das Pedrinhas, a aluna Carolina Chagas é uma das entusiastas da Associação Camelot. “Na escola minhas colegas me falavam do judô, eu vim ver, fui gostando e fiquei”. Orgulhosa de seus méritos, ela confessa: “já estou aqui há dois anos e já ganhei quatro medalhas nos campeonatos que participei”.

A Associação Camelot foi tornada entidade de utilidade pública pela Lei Estadual 8559, de 2003 e ainda precisa da ajuda de todos para continuar suas atividades. “Agradeço a sensibilidade e a confiança dos colegas do TRT5. Sem eles não conseguiríamos prestar este serviço mas temos apenas 48 padrinhos e madrinhas e precisamos de ajuda, de mais apoiadores, para que o nosso trabalho não pare”, apela.

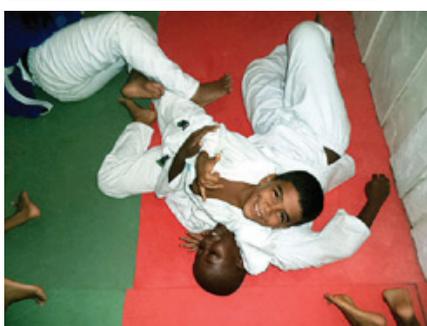
Reconhecida como entidade de utilidade pública em 2003, a Camelot tem 48 padrinhos e madrinhas

SERVIÇO

Quem quiser conhecer melhor o trabalho da Associação Camelot, fazer doações ou oferecer parcerias pode acessar o site <http://www.associacaocamelot.org> e o blog <http://associacaocamelot.blogspot.com>. Contatos podem ser feitos também pelos telefones 71 3347-9852 e 71 9633 9766 (watsapp).



associação camelot / Divulgação



Em cena com o filho

Com 31 anos de carreira como atriz, a servidora Vivianne Laert ainda encontra o mesmo entusiasmo da adolescência ao subir no palco todas as noites, para ensaiar ou atuar, depois que cumpre sua jornada na 36ª Vara do Tribunal Regional do Trabalho. “O teatro é a minha segunda maior paixão, depois dos meus dois filhos”, afirma Vivianne, atualmente em preparação para a estreia de “As Confrarias”, texto do dramaturgo paulista Jorge Andrade, morto há 30 anos, e autor de “Os Ossos do Barão”.

Em seu novo trabalho, Vivianne interpreta uma mulher do século XVIII, que em plena Conspiração Mineira, luta para poder enterrar em alguma irmandade católica o corpo de seu filho, morto por suspeita de conspirar contra o governo, mas sempre tem o pedido negado. A obra foi escrita em 1979, em plena ditadura militar.

E para a atriz essa peça tem o sabor especial de contracenar novamente com o filho Tato Sanchez, com quem já havia atuado na montagem de “O Dissidente”, pela qual Vivianne ganhou em 2013

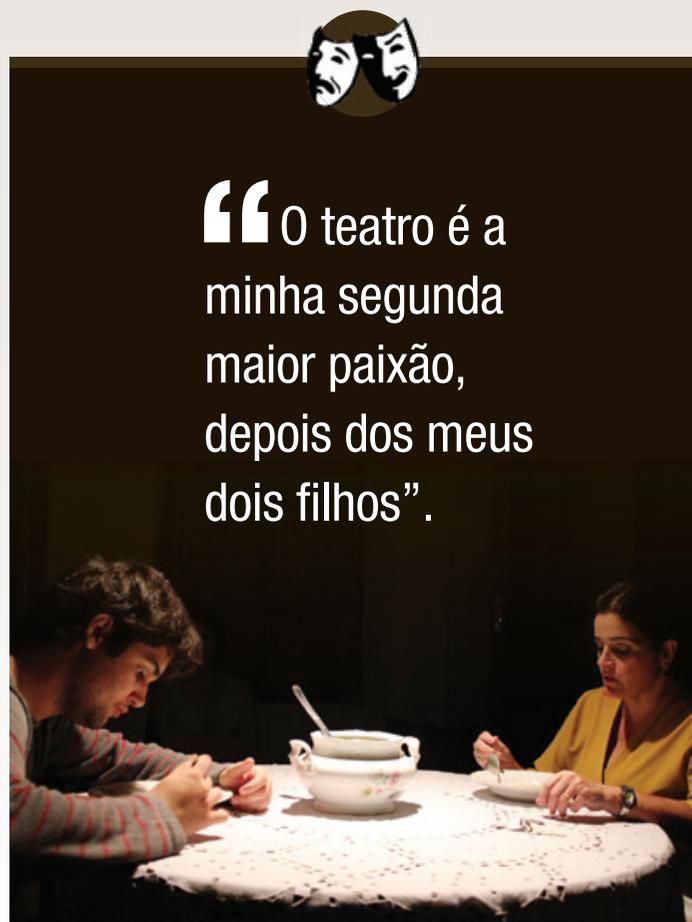
o Prêmio Braskem de Teatro como melhor atriz. A artista veterana, que não encontrou respaldo familiar na adolescência, quando optou pela arte, hoje faz questão de incentivar o talento dos filhos. Além de Tato, ela tem uma filha, Júlia, que é dançarina.

“Não é fácil sobreviver com o teatro, mas não posso viver sem ele”, resume a servidora, que quando recebeu em 1992 o telegrama que informava a sua convocação para o TRT5 já tinha percorrido um longo caminho com as artes, tanto interpretando personagens quanto na administração do balé da Fundação

Cultural do Estado da Bahia (Funceb) e como secretária de Luiz Marfuz, então diretor artístico do Teatro Castro Alves.

Sua estreia no palco aconteceu em 1983, quando a convite do diretor Zezão Pereira, que foi seu colega de escola na adolescência, integrou o elenco que encenou “O Homem do princípio ao fim”, de Millor Fernandes, no Teatro Vila Velha. Depois veio a formação do grupo Gota d’arte e a colaboração com amigos como Nadja Turenko, André Elia e Gerge Mascarenhas.

Atualmente, ela tem a sua própria companhia, a Teatro da Casa, que conduz juntamente com o filho, além de se envolver com diversos projetos de amigos, como a peça A Gaiyota, um texto do russo Anton Thekhov, em que contracena com Celso Júnior e Alethea Novaes. E a sua paixão pelo teatro acaba auxiliando o seu expediente no serviço público. “Cada pessoa é uma família, uma história que está por trás, e o teatro me ajuda na relação com essas pessoas”.



“O teatro é a minha segunda maior paixão, depois dos meus dois filhos”.

Em cena, a atriz e servidora com seu filho Tato Sanchez

Grupo de Teatro do TRT: arte e solidariedade no ambiente de trabalho

A atividade com servidores foi iniciada a partir de ações do TRT cultural

Imagine uma sala de audiência tensa. As partes não se entendem. Os advogados replicam, treplicam. Apenas um metro de largura tem a mesa que separa os litigantes mas parece que são quilômetros de desarmonia. O secretário de audiência já está cansado, entediado mesmo. Eis que ele lembra do exercício de respiração aprendido no curso de teatro do TRT. Puxa o ar com vontade, solta aos poucos, controladamente e retoma sua atividade.

Têm sido assim as jornadas de trabalho do secretário de audiência Marcos André Barreto, um dos 20 servidores que integram o recém criado Grupo de Teatro do TRT. “É preciso ter calma nestas horas e os exercícios do teatro, assim como a ginástica laboral, ajudam na postura diante destas situações”, explica Barreto. Além disso, continua ele, a prática teatral “nos deixa mais desinibidos quando temos que nos apresentar como servidores em público”.

O Grupo de Teatro do TRT foi criado em maio deste ano, promovido pela Coordenadoria de Projetos Especiais. São duas aulas semanais, com duração de duas horas cada, ministradas pelo professor Newton Olivieri. Especialista em teatro corporativo, ele explica que além de exercícios de improviso, os participantes trabalham aspectos de relaxamento, alongamento, utilização do imaginário e exercício de voz.



Descontração propiciada pelo teatro ajuda a suavizar a jornada de trabalho

A atividade foi iniciada como um desdobramento das ações do TRT Cultural, desenvolvido pela núcleo de Coordenadoria de Projetos Especiais. “A inspiração para se criar este grupo veio de uma peça que vi sendo apresentada por servidores da Justiça Federal”, relembra a coordenadora do TRT Cultural, Vânia Fagundes. A nossa intenção, continua ela, “é tornar o ambiente de trabalho mais leve e as pessoas possam relaxar e serem mais solidárias, para que elas possam atingir suas metas mas também aumentar o cultivo da solidariedade entre os colegas”, explica.

Um a um, os participantes vão se conhecendo aos poucos: aquele rapaz que se escondia atrás de uma pilha de processos também declama bem, aquela servidora toca flauta, aquele outro canta bem e por aí vai. Entre exercícios vocais e de representação cênica, sorrisos

e novas amizades vão surgindo ou se estreitando enquanto os diálogos são encenados.

A chefe de gabinete da Diretoria Geral, Giovana Leite, faz coro: “estou achando muito válido. Tem sido uma experiência fantástica o teatro e o que mais me chamou a atenção é a diversidade de pessoas, gente que eu nunca imaginava num grupo de teatro está ali com a gente, numa entrega total”. Até o professor do grupo imaginou que a ambiência solene de um tribunal engessaria os talentos. “Na primeira aula foi assim, com os servidores um pouco receosos, mas depois todos foram se soltando e se conhecendo melhor e a ideia é essa: diversão, melhora da qualidade de vida e da capacidade de organização de cada um”, detalha Newton Olivieri. Mais informações sobre o grupo e suas atividades nos ramais 7667 e 7412.



Nova desembargadora

O mais recente integrante do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia (TRT/BA) é a desembargadora Margareth Rodrigues Costa. Ela foi empossada oficialmente no último dia 6 de junho em vaga reservada a juiz de carreira, em decorrência da aposentadoria da desembargadora Elisa Amado. A posse solene ocorreu na Sala de Sessões do Pleno, no dia 21 de julho. Ambas as cerimônias foram bastante concorridas.

Natural de Salvador, Margareth Costa formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Ingressou na magistratura trabalhista em 1990, como juíza do Trabalho Substituta no TRT/BA, atuando inicialmente na Vara do Trabalho de Ilhéus, no sul da Bahia. Em 1993, tornou-se titular da Vara do Trabalho de Jacobina, no centro norte do Estado, passando em seguida pelas 1ª e 3ª Varas do Trabalho de Camaçari, 5ª, 13ª e 24ª Varas de Salvador.

Em 2005, com a inauguração do Fórum Juiz Antônio Carlos Araújo de Oliveira, no Comércio, a magistrada assumiu a titularidade da 33ª Vara, um das novas unidades de Salvador, onde permaneceu nos últimos nove anos até sua promoção ao cargo de desembargadora, pelo critério de merecimento. Atualmente, Margareth Costa integra a 1ª Turma Julgadora e a 2ª Seção Especializada em Dissídios Individuais.

Indicadores positivos

Entre os tópicos debatidos na última Reunião de Acompanhamento Estratégico (RAE) do TRT5, realizada no dia 4 de setembro, no Gabinete do presidente Valtércio de Oliveira, foram destaque: os bons resultados obtidos em relação às metas locais e nacionais; a priorização que deve ser dada ao atendimento em 2015 e também ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para os próximos seis anos.

A desembargadora Dalila Andrade, gestora de Metas do Tribunal, e o diretor da Secretaria de Gestão Estratégica (SGE), Márcio Fernando Ribeiro, explicaram que o Tribunal obteve melhoras significativas, principalmente na taxa de congestionamento na fase de execução, que caiu de 89,19% em janeiro para 78,07% em agosto. O TRT5 também já cumpriu a Meta 2 do Poder Judiciário nacional para 2014, com o julgamento de 98,88% (a meta era 90%) dos processos distribuídos no ano de 2011 e de 97,28% (a meta era 80%) dos processos distribuídos em 2012.

No que se refere ao atendimento, houve o consenso dos magistrados e diretores presentes de se reforçar iniciativas já em andamento, como cursos e reforço na estrutura, além de se criar novos projetos voltados para este fim.



Novo planejamento

O Planejamento Estratégico Institucional do TRT5 em vigência foi aprovado no final de 2009 e o novo deverá ser concluído até dezembro, por meio de oficinas para elaboração do texto e aprovação final pelos participantes e pelo Pleno do Tribunal. Será afinado com programas traçados pela Rede de Governança Colaborativa da Justiça do Trabalho e os macrodesafios do Poder Judiciário para 2015-2020:

- Garantia dos direitos da cidadania
- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
- Combate à corrupção e improbidade administrativa
- Adoção de soluções alternativas de conflito
- Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes
- Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas
- Melhoria da gestão de pessoas
- Aperfeiçoamento da gestão de custos
- Instituição da governança judiciária
- Melhoria da infraestrutura e governança de TIC



PODE PAUSAR

Parada obrigatória pela saúde

Portaria TRT5 1.904/2008 e NR 17 do Ministério do Trabalho e Emprego

A pausa é um direito e é muito importante para prevenir o adoecimento

FINALISTA DO PRÊMIO INNOVARE 2014

Semana da Execução 2014

22 a 26 de setembro



*Dívida Trabalhista

Se você não escolher como pagar,
a Justiça escolhe por você!

Uma pequena dívida pode
virar um grande transtorno.



Inscrições:
conciliar@trt5.jus.br